

SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

ATA DE CORREIÇÃO-GERAL ORDINÁRIA

ORDEM DE SERVIÇO N° 12/2018

COMARCA: UBIRATÃ

SERVENTIA: DISTRIBUIDOR E ANEXOS

DATA: 22.3.2018

EQUIPE CORRECIONAL DO FORO EXTRAJUDICIAL

CORREGEDOR DA JUSTIÇA DES. MÁRIO HELTON JORGE

JUÍZES AUXILIARES:

- Dr. Lucas Martins de Toledo

ASSESSORES CORRECIONAIS:

- Danilo Henrique de Oliveira

JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DIRETOR DO FÓRUM

Dr. FERDINANDO SCREMIN NETO

AGENTE DELEGADO (A)

Titular: Thereza De Peder

Telefone: (44) 3543-4324

DADOS DO FUNARPEN

Ano: 2015		Ano: 2016	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Selo Digital do Distribuidor	5200	Selo Digital do Distribuidor	4900
Selo Digital do Distribuidor - DIFERIDO	0	Selo Digital do Distribuidor - DIFERIDO	0
Ano: 2017		Ano: 2018	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Selo Digital do Distribuidor	5750	Selo Digital do Distribuidor	1400
Selo Digital do Distribuidor - DIFERIDO	600	Selo Digital do Distribuidor - DIFERIDO	0

2002 - 2018

SITUAÇÃO DE ENVIO DOS RELATÓRIOS AO FUNARPEN

EM DIA



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

Deverá regularizar o envio dos relatórios ao FUNARPEN, em cronograma a ser estabelecido pela Juíza, que por sua vez, deverá fiscalizar permanentemente o cumprimento desta determinação, comunicando ao Fundo de Apoio (email: priscila@funarpen.com.br) o andamento dos trabalhos.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL

Constatações e determinações:

- Todos os livros encerrados deverão estar encadernados;
- Realizar o levantamento de todos os inquéritos policiais, processos e execuções penais em andamento, regularizar e manter atualizados os registros da movimentação processual.

LIVRO DAS CARTAS PRECATÓRIAS, ROGATÓRIAS E DE ORDEM CRIMINAL

Constatações e Determinações:

- Todos os livros encerrados deverão estar encadernados;
- Realizar o levantamento de todas as cartas abertas nos livros, regularizar e manter atualizadas as anotações das devoluções.

DEMAIS CONSTATAÇÕES E DETERMINAÇÕES

• O distribuidor deverá digitalizar apenas as cartas precatórias recebidas de outros Estados da Federação ou da Justiça Federal e as cartas de ordem dos Tribunais, além dos comunicados de prisão em flagrante e habeas corpus recebidos de



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

forma física.

- Os inquéritos policiais não deverão ser digitalizados pelo Distribuidor, com base na Instrução Normativa n^a 5/14 e dos Ofícios-Circulares n^o 52/15 e 70/16.
- Compete ao Distribuidor a emissão das certidões de antecedentes para fins civis.
- Atentar para as disposições referentes à emissão de certidões itens 3.7.5 a 3.7.8.2 do Código de Normas.
- O Distribuidor certificará os antecedentes do réu/indiciado por ocasião da distribuição, cumprindo o disposto nos itens 3.8.3, 6.2.2, 6.16.1.3 e 17.3.2.2 do Código de Normas.
- Não receber nenhum emolumento (inclusive certidões) no balcão, e que não sejam por guias do FUNJUS, recolhidas na agência bancária.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL

Processos remetidos e devolvidos

- Cível:

- 61 (sessenta e um) ao distribuidor, os mais antigos encaminhados em 7.2.2018. **Regularizar**.
- 64 (sessenta e quatro) ao contador, os mais antigos remetidos em 30.1.2018. **Regularizar**.

- Fazenda Pública:

- 6 (seis) ao distribuidor, mais antigos encaminhados em 28.2.2018;
- 50 (cinquenta) ao contador, mais antigo enviado em 1.2.2018. **Regularizar**.

- Competência Delegada:



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

- 11 (um) ao distribuidor, mais antigo enviado em 15.2.2018;
- 9 (nove) ao contador, mais antigo enviado em 19.2.2018;
- Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial:
- 1 (um) ao contador, enviado em 1.3.2018.
- a) Nas amostras analisadas não se constatou processo devolvido com excesso de prazo pelo Ofício Distribuidor:



b) Justificar os diversos processos devolvidos pelo Ofício Contador e Avaliador com excesso de prazo, conforme planilhas abaixo:





SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000



Orientações e Determinações ao Distribuidor e Contador

- a) O responsável pela Serventia do Distribuidor e Contador deverá observar o art. 9°, §2° da Instrução Normativa n° 08/2014.
- b) O Titular do Ofício deverá apresentar JUSTIFICATIVAS, ao Juiz de Direito Diretor do Fórum, em todos os processos devolvidos com excesso, conforme as tabelas acima.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIA - ADENDO 5C

Processos Remetidos ao Distribuidor/Contador

FAMÍLIA - DISTRIBUIDOR:

- Consta(m) $\underline{12}$ processo(s) remetido(s) ao Distribuidor, remessa mais antiga em 5.3.2018. **REGULARIZAR**.



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000



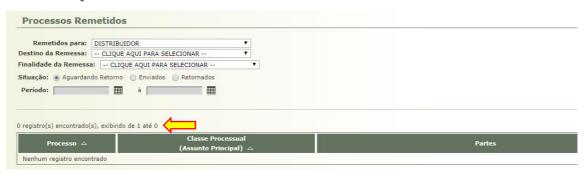
FAMÍLIA - CONTADOR:

- Consta(m) $\underline{\bf 36}$ processo(s) remetido(s) ao Distribuidor, remessa mais antiga em 1.2.2018. **REGULARIZAR**.



INFÂNCIA PROTETIVA - DISTRIBUIDOR:

- Nenhum processo remetido ao Distribuidor.



INFÂNCIA INFRACIONAL - DISTRIBUIDOR:



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

- Consta(m) $\underline{32}$ processo(s) remetido(s) ao Distribuidor, remessa mais antiga em 21.2.2018. **REGULARIZAR**.

o Necesia Chales Malcales Tomales	Double de Place - Andre de Antalias - Audémais - Componen	us Mento Materabacione Colare Cores			
	Nero da Infâricia e da Javentodo - Soção Infrastena - <mark>Clara</mark>			Q Proces	eo "Pillatórico ⁹ Ajuda X Sa
Remebidos paras DISTRIBUIDOR Destino da Remessa: — CITO, E adul PA mandidade da Romanas: — CITO, E 2001 PA Destino da Romanas: — CITO, E 2001 PA Destino da	PARA SE ECONAR V Nace Retornates				
Processo A	Classe Processual (Assunto Principal)	Purtes	Destano da Remessa	timado - Mecchido /	Dist em aborto
JOSEPH MANAGEMENT M	Providence de Principal de Santina de Santin			etjesjeste	23.
James Andrewski (1991)	Environtality des designes, receptation of the conference of production and	ent-months of Christian Patricks Nationals - Private Christian Christian Christian - Christian of Christian Christian Christian - State Christian Christian - State Christian - Sta		328325943	on-
LI DALISHER MAJORIYA SALADIS	terrandi neta kurildan silamenti santikan Kanadagia di sentingan di santa salah	Communication of Ministern Pillers for Communicating State (1995) Administrating of Indicated Indicating State (1997) (1997) (1997)		29660000	ພ
JF BURNES AND SECRETARY	remogrado moltare de de rivientado Matine Guinezas o terribidos edent	tonyomethin e termini mijekaharakan ing Aldakan ing kadabal adawa malan sa pintonian cidanggan at manakan sa baha		32/95/30%	26
S SHEET AND SECURE IS	tempelele de Rediche miele Alexandre. Alexandre de encloses des de la la la competit de la la la competit de la la competit de la la la competit de la competit	Company of Delignation of States and States of		Moderns	te
。	Movingto as this time of six-is functions (No. 10) which	Conservation in Control of the Contr		34/00/25%	o

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - ADENDO 13C

	SIM	NÃO
Observa a necessária atualização do livro, visto		
que todos os incidentes descritos no Código de		
Normas devem ser informados pela Vara de origem?		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Muito embora as hipóteses de incidência de FUNJUS no Juizado Especial sejam reduzidas, observar que, quando incidente, é obrigatória a anotação do valor recolhido por ocasião da interposição do recurso, anotação essa que deve ser dar por ocasião da baixa.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - ADENDO 14C

	SIM	NÃO
Observa a necessária atualização do livro, visto		
que todos os incidentes descritos no Código de		
Normas devem ser informados pela Vara de origem?		



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Incumbe ao distribuidor certificar os antecedentes do réu/indiciado por ocasião da distribuição, cumprindo o disposto nos itens 3.8.3, 6.2.2 6.16.1.3 e 17.3.2.2 do Código de Normas.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - ADENDO 15C

	SIM	NÃO
Observa a necessária atualização do livro, visto		
que todos os incidentes descritos no Código de		
Normas devem ser informados pela Vara de origem?		

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Muito embora as hipóteses de incidência de FUNJUS no Juizado Especial sejam reduzidas, observar que, quando incidente, é obrigatória a anotação do valor recolhido por ocasião da interposição do recurso, anotação essa que deve ser dar por ocasião da baixa.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ESCRITURAS - ADENDO 1G DO CÓDIGO DE NORMAS DO FORO EXTRAJUDICIAL

	SIM	MAO
As relações encaminhadas de dez em dez dias são		
devidamente lançadas no livro de escrituras, em		
ordem cronológica e sequencial (art. 867, CN do		
Foro Extrajudicial)?		
O pagamento da distribuição das escrituras é feito		
por guia do Sistema Uniformizado de Custas (art.		
868, §2°, CN do Foro Extrajudicial)?		

STM NÃO



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

RECOMENDAÇÕES

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

- a. Observar o Decreto Judiciário nº 744/2009 em que os recolhimentos das custas deve se dar, necessariamente, através de guia do FUNJUS. As guias de recolhimento deverão permanecer sob a guarda dos tabeliães, cabendo ao Distribuidor tão somente a conferência dos valores pelo relatório do sistema uniformizado FUNJUS (art. 868, §2°, CN do Foro Extrajudicial).
- b. Observar se as relações encaminhadas pelos notários da sede atendem as informações exigidas no artigo 868 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, inclusive em relação ao aspecto temporal (verificar, por exemplo, a seqüência cronológica e de protocolização dos atos informados e o nome das partes), restituindo-as ao agente delegado para complementação em caso negativo.
- c. Observar com estrita atenção, o disposto no parágrafo 3° do artigo 868 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, procedendo ao registro das escrituras apenas quando apresentada a relação no prazo de dez (10) dias de que trata o artigo 868; caso contrário, o registro dependerá da expressa autorização do Juiz corregedor do foro extrajudicial (art. 868, §4°, CN do Foro Extrajudicial). Observar que a relação deve ser encaminhada no prazo exato de dez (10) dias para racionalização do serviço e economia no recolhimento das guias que serão emitidas para cada relação emitida.
- e. O número da distribuição deverá ser controlado (preenchido) pelo próprio Ofício Distribuidor e não pelo agente delegado.
- f. No computo do número de escrituras lavradas deverá ser levado em conta a data e ano do registro da escritura



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

no protocolo geral e não da data em que a relação foi recebida no distribuidor. P. ex. registrada no Tab. de Notas dez/17 recebida e registrada no Distribuidor jan/18.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
PESSOAS JURÍDICAS - ADENDO 3G DO CÓDIGO DE NORMAS DO FORO
EXTRAJUDICIAL

	SIM	NAO
3.1 Havendo um só Serviço de Registro de Títulos na		
Comarca, os registros das relações ocorrem a cada		
período de 10 (dez) dias, em conformidade com o		
disposto no CN do Foro Extrajudicial, art. 889?		

RECOMENDAÇÕES

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Reforça-se a noção de que deve o senhor distribuidor conferir a regularidade dos recolhimentos, ainda que procedidos perante o agente delegado, comunicando-o para a regularização pertinente e exigindo a devida complementação, bem como comunicando ao MM. Juiz de Direito Corregedor do Foro Extrajudicial, nos termos do artigo 895 do CN do Foro



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

Extrajudicial.

O número da distribuição deverá ser controlado (preenchido) pelo próprio Ofício Distribuidor e não pelo agente delegado.

LIVRO DE DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO LEVADOS A PROTESTO ADENDO 2G DO CÓDIGO DE NORMAS DO FORO EXTRAJUDICIAL

	SIM	NÃO
4.1 Os títulos são registrados no prazo de 24		
(vinte e quatro) horas do recebimento e encaminhado		
ao Tabelionato de Protesto em igual prazo, nos		
termos do artigo 876 do CN do Foro Extrajudicial?		
4.2 Após o prazo de três (03) dias da		
protocolização, a todo título distribuído há a		
anotação da respectiva ocorrência?		
4.3 Consigna a anotação do valor determinado no		
campo "FUNREJUS arrecadado", conforme adendo 2-G do		
CN do Foro Extrajudicial?		

RECOMENDAÇÕES

ORIENTAÇÃO DE SERVIÇO

Cabível ao Distribuidor a conferência do tríduo legal nas ocorrências dos títulos e documentos de dívida, devendo ser observado que só há a prorrogação de um dia quando a intimação por edital é feita no último dia do prazo. Não havendo



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

nenhuma outra hipótese lícita.

- a. A serventia **DEVERÁ** observar os valores previstos nas guias do FUNJUS, quais sejam: Protestos até R\$ 133,98 R\$ 21,68; de 133,99 a R\$ 1.339,90 R\$ 27,72 e, acima de R\$ 1.339,91 R\$ 31,52. Recolhimento a ser efetuado mediante guia.
- b. Observar que é devida a cobrança a título de averbação das ocorrências (Pagamento, Protesto, Retirada e Sustação), valor este já incluso na guia do FUNJUS (R\$ 2,76).
- c. Fiscalizar, permanentemente, o recolhimento do FUNREJUS, verificando a correspondência entre o valor dos títulos e o valor recolhido.
- d. Proceder sempre com os cálculos de atualização monetária dos títulos, da data do vencimento até a data da apresentação, encaminhando o cálculo juntamente com os títulos ao tabelião, nos termos do artigo 896 e parágrafo único do CN do Foro Extrajudicial.
- e. O número da distribuição deverá ser controlado (preenchido) pelo próprio Ofício Distribuidor e não pelo agente delegado.

AO OFICIO DISTRIBUIDOR

- Realizar todas as regularizações determinadas e apresentar os documentos referidos na ata correcional.
- 2. Concede-se 30 (trinta) dias para a efetiva revisão e regularização do apontado nesta Ata, com apresentação de certidão de regularidade, item a item, ao doutor Juiz Corregedor, para que proceda à conferência do cumprimento de todas as determinações contidas nesta Ata.



SEI n° 0017676-55.2018.8.16.6000

JUIZ DIRETOR DO FÓRUM

- 1. Recomenda-se estrito controle da correspondência entre os registros realizados pelo Ofício Distribuidor e as comunicações de atos praticados pelas Escrivanias, secretarias e serventias do foro extrajudicial, adotando, quando caso, medidas para que os dados estatísticos sejam coincidentes.
- 2. Orientar e fiscalizar o oficial distribuidor na regularização das falhas apontadas nesta ata.
- 3. O Doutor Juiz de Direito deverá acompanhar o trabalho, cabendo ao Magistrado a elaboração de relatório circunstanciado minucioso, o qual deverá ser encaminhado à Corregedoria-Geral da Justiça, de acordo com o disposto no CN 1.13.65, no prazo de 60 (sessenta) dias, independentemente, de eventual adoção de outras medidas administrativas.
- 4. O relatório deverá estar acompanhado da certidão lavrada pela Escrivania, dando conta da regularização das falhas.

CONCLUSÃO

Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor-Geral da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor Juiz de Direito Corregedor da Comarca.

Des. MÁRIO HELTON JORGE

Corregedor da Justiça